

GRANDE SERTÃO: MONCHIQUE. AS PAISAGENS DE FOGO DAS SERRAS DO SUL E OS SEUS INIMIGOS MODERNOS

Miguel Carmo (IHC – NOVA FCSH / IN2PAST)

Materialidades da Violência, História e Historiografia

Seminário organizado no âmbito do *Joint International Workshop* do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa e do Departamento de História da Drexel University, que decorreu na Biblioteca Nacional de Portugal a 19-20 dezembro 2024.

Extended abstract

Os incêndios rurais ganharam nos últimos anos uma dimensão inédita em Portugal que está longe de se compreender e, com mais razão, solucionar. Esta tendência não é exclusiva de Portugal ou sequer da Europa mediterrânea, integrando-se em dinâmicas ecológicas e industriais do século XX global. No entanto, o caso português é excepcional e, possivelmente, paradigmático. Continua em discussão a dinâmica incêndio-atmosfera da “autêntica tempestade de fogo” que deflagrou no final de junho sobre a região de Pedrogão Grande, provocando a morte de 66 pessoas. A maior parte foi surpreendida numa estrada nacional, quando procuravam se afastar do incêndio, pelo avanço explosivo de uma frente de fogo (progressão súbita e ignição em área). Em face desta evolução, a investigação científica tem estado focada nas dinâmicas biofísicas e ecológicas do fogo, numa estreita dependência de dados estatísticos que começaram a ser recolhidos em 1980. Neste ano, as autoridades responsáveis pelo ordenamento da floresta iniciam o registo de todas as ocorrências de incêndio no espaço rural, remetidas por mais de quatro centenas de associações de bombeiros voluntários. A evolução do fogo pode hoje ser analisada com base em mais de 40 anos de dados diários ininterruptos. Todavia, o que está para trás permanece largamente na sombra.

As ciências florestais e ecológicas oferecem um saber consolidado sobre o comportamento do fogo nas últimas décadas, mas desconhecem-se os antecedentes históricos do regime actual de grandes incêndios de incidência crescente. Alguns

investigadores têm explorado com sucesso escalas temporais alargadas e a inclusão de aspectos socioeconómicos, no entanto o quadro de análise assenta quase exclusivamente na evolução temporal de variáveis espacializadas, o que dificulta o reconhecimento de nexos socioecológicos, contingências históricas e de discursos políticos e científicos associados ao “problema dos incêndios”. Decorre daqui, em grande medida, uma história natural dos incêndios baseada em credíveis correlações entre indicadores de uso do solo, clima, topografia, entre outras parametrizações geográficas e societais, que constrói um olhar sobre o passado que ao “mesmo tempo se foca e se desvia”, como notou W. G. Sebald acerca das dificuldades de discernimento histórico no pós-guerra alemão. Como condensou o historiador Stephen J. Pyne, a pesquisa sobre incêndios tem “orbitado em torno de um paradigma físico do fogo.”

Entretanto, 2017 é já um passado distante. Os *mega-incêndios* são desde então uma realidade em diversas geografias mundiais, da Califórnia ao Canadá, da Grécia à Turquia, da Austrália à Cidade do Cabo, do Brasil ao Chile, da China à Sibéria. Tal sugere uma multiplicidade de histórias do fogo inseridas numa malha global de convergências e divergências. A pesquisa sobre as paisagens de fogo das serras de Monchique, humilde cordilheira que se eleva sobre a costa atlântica no extremo sudoeste da Europa continental, destapou uma história iminentemente local na qual emergem, porém, protagonistas, discursos e causalidades que operam em escalas de espaço e tempo variáveis. Não surpreende, naturalmente, o jogo de escalas sempre presente na reflexão historiográfica. A história do fogo em Monchique não se projecta apenas sobre o entorno atlântico mais imediato, as montanhas vizinhas de Kroumirie – atravessadas por incêndios mortíferos, bosques de sobreiro e de carvalho-argelino (*Quercus canariensis*, também chamado de carvalho-de-Monchique) e uma divisória colonial que separa a Tunísia da Argélia – ou do norte português e da Galiza espanhola, onde as terras baldias de uso comum foram arborizadas numa mimese fascista peninsular.

Da mesma forma que os territórios de montanha em Portugal foram imaginados como paisagens florestais sem fogo a partir da segunda metade do século XX, no seio de novos discursos científicos que se opunham ao uso do fogo no espaço rural, também na África do Sul, como mostrou Simon Pooley, “poderosas narrativas pré-científicas” de desflorestação e dessecação climática orientaram as políticas de exclusão do fogo em todas as regiões administrativas no final de 1800. A distância geográfica apenas enfraquece a agência histórica na medida do esforço adicional exigido ao historiador para ligar acontecimentos e agendas historiográficas apartadas.

O inquérito histórico sobre Monchique a partir da atenção da história ambiental e da história oral abriu a investigação a uma história multifacetada do fogo, onde foram ganhando relevo dinâmicas abordadas tradicionalmente pela história das ciências e pela história social, tais como a formação das ciências florestais, a construção do poder de Estado sobre o território rural, ou a transformação nos direitos de propriedade. Como método, fomos para Monchique para “perseguir o fogo” e assim conseguir chegar a arquivos, hipóteses e materialidades inexploradas.

Mesmo os habitantes de maior idade reproduzem hoje uma imagem assustadora e imprevisível do fogo na serra; contam-se histórias de sobrevivência. No entanto, não foi sempre assim. Durante as recolhas orais, foi-nos descrito pela primeira vez uma serra sem incêndios mas repleta de fogo. Durante a década de 1960 dava-se fogo todos os anos a parcelas de terreno previamente roçadas, preparando assim o solo para o cultivo de cereais. A serra de Monchique experienciou uma transição lenta, iniciada na segunda metade do século XIX, de paisagem agro-pastoril organizada em torno de práticas de fogo diversas para uma paisagem de matriz florestal e industrial, percorrida periodicamente por incêndios de grande dimensão. Embora esta transição só se torne visível nos anos 1960, os vários elementos presentes remetem para uma tensão persistente apenas reconhecível na *longue durée*. O desencontro histórico entre a agroecologia do fogo camponesa e o incêndio florestal, duas formas fundamentalmente distintas de paisagem de fogo, aprofundou-se continuamente entre o século XIX e os dias de hoje numa densa filigrana política, científica e ambiental.

Neste ensaio pretende-se percorrer a história contemporânea de Monchique através da oposição entre sucessivos discursos tecnocientíficos de reforma e modernização dos territórios montanhosos e as realidades agroecológicas subjacentes, historicamente silenciosas ainda que perseverantes. Procura-se, assim, fazer uma microhistória da precariedade do conhecimento moderno ao mesmo tempo que se desenterra uma história popular do fogo e, por esta via, alguns contributos para uma ecologia crítica das paisagens montanhosas do sul.

Durante o longo século XIX, a serra de Monchique foi uma paisagem de “soberbos matos”, elemento central nas agriculturas itinerantes da serra, bem como das descrições económicas e científicas de matriz liberal. Em 1868, as serras do sul são descritas no relatório que acompanha a primeira carta de arborização do país “como um verdadeiro sertão, inóspito e agreste”. Monchique é “a mais deserta e inculta” região montanhosa do Algarve, na qual se “acoutam” tanto “animais ferozes como javalis, lobos e gatos-bravos.” como guerrilheiros infames, acolhidos pelos serranos e camponeses como “a nossa gente.” Por todo o lado, o “bárbaro sistema das roças” opõe-se à existência da

almejada floresta. Os matos configuram, enfim, uma *cropscape* cuja compreensão requer um arranjo multidimensional de ecologias, instituições e discursos, bem como um enfoque analítico sobre o conjunto de “movimentos e forças” em campo.

No final do século XIX, não obstante a multiplicação de discursos contra os “matos” (já então designados na estatística por “terrenos incultos”) e os usos do fogo, a agricultura de roça e queima dedicada aos cereais de inverno, como centeio, cevada e trigo, governa sem restrições em Monchique. Monchique encontra-se em movimento, apesar da insistência dos discursos tardo-oitocentistas na “imobilidade” e no “silêncio” das realidades serranas do sul. O século XX dá início a um novo ciclo nas serras portuguesas, marcado pela consolidação das políticas florestais e das novas políticas dirigidas ao trigo, iniciadas na década de 1890, mediante uma série de leis proteccionistas e de controlo do mercado, e posteriormente fortalecidas pela Campanha do Trigo lançada em 1929, na alvorada do Estado Novo. Muito embora bem estabelecida e apetrechada, a nova economia política da floresta tardou a produzir resultados em Monchique. A nova *cropscape* de Monchique passa a estar organizada em torno da relação entre trigo e fogo. Concebidas para as grandes planícies do sul, as políticas do trigo resultaram na expansão da cultura em todos os lugares onde esta não encontrou limites climáticos, como nas montanhas a norte, ou usos concorrentes, como nos perímetros florestais ou nas terras de regadio, as duas outras “paisagens modernistas” do fascismo português, com resumiu o historiador Tiago Saraiva.

De forma algo surpreendente, considerando a consolidação da política florestal e a oposição crescente ao uso do fogo no espaço rural durante o Estado Novo, as políticas do trigo resultaram na expansão das sementeiras de cereais em Monchique e, consequentemente, numa maior disseminação das roças e de outras práticas agrícolas de fogo. É este o cenário que emerge do conjunto de entrevistas realizadas na serra de Monchique. Nos anos 1950 e 1960, as práticas de fogo agrícola e a sua cara-metade, o trigo, estavam bem presentes nos quotidiano serranos. Tornou-se também evidente, pelo cruzamento dos testemunhos orais com fontes escritas, que as práticas de fogo sofreram várias adaptações no novo contexto económico e político, inovando sobre um reportório base de tecnologias de fogo.

Nos anos 1950 os ventos serranos começam a mudar. A partir do início da década, a plantação de matas de eucalipto configurou-se como alternativa viável à cerealicultura com o aval técnico e financeiro do Estado Novo. O êxodo rural massivo a partir das freguesias rurais ao longo da década de 1960 redundou na diminuição dos cultivos de cereais e das práticas de fogo. No seu conjunto, estas mudanças no uso do solo produziram uma paisagem crescentemente combustível por acção tanto do crescimento

da vegetação natural sobre as roças de trigo abandonadas como pelo aumento dos povoamentos florestais. No final dos anos 1960, a agroecologia do fogo encontra-se numa situação difícil. Em setembro de 1966 um incêndio percorre uma área importante da serra, entre Alferce e o mar no extremo ocidental da serra. No novo contexto, as práticas de fogo agrícola passam a ser incriminadas como origem principal de incêndios destruidores que se propagam com maior facilidade sobre a nova paisagem de fogo de Monchique, quando, até então, tinham estado no centro de uma coexistência produtiva com o fogo.

Esta transição é enunciada de forma clara num ofício enviado em 1967 pelo comandante da G.N.R. do Algarve ao Governador Civil, onde se esboça uma novíssima concepção do fogo sob linhas tecnocientíficas e administrativas. Argumenta-se ali que a experiência dos anos anteriores mostra que o mês de setembro concentra o maior número de incêndios nas zonas rurais e que estes resultam na maior parte das “queimadas, legalmente autorizadas nas posturas municipais”. As *queimadas* devem ser proteladas para outubro, em condições atmosféricas menos propícias à “propagação dos grandes incêndios.” No final, o comandante José Pires sugere que passe a ser a G.N.R., mediante comunicação das câmaras municipais das autorizações de queima concedidas, a fiscalizar “*in loco*” se estão reunidas as condições para utilização do fogo, qualificando-se, assim, os seus soldados como especialistas no uso do fogo ao mesmo tempo que se desqualifica os seus praticantes.

A história do eucalipto em Monchique começa uma dezena de anos antes, no quadro de uma nova política visando o financiamento da florestação na propriedade rural e do florescimento da indústria portuguesa de pasta de papel, que vai descobrir, nos últimos anos da década de 1950, uma forma de produzir papel de alta qualidade a partir da madeira de eucalipto. No território português, a árvore do eucalipto simboliza a dupla transição de uma florestação centrada no pinheiro em domínios sob tutela estatal para a “eucaliptização” massiva de terrenos privados. Os testemunhos dos pequenos proprietários são particularmente reveladores da ampla disseminação do eucalipto e do sucesso das políticas estatais, das quais os grandes proprietários também beneficiaram amplamente. As novas matas de eucalipto erguem-se rapidamente sobre o fim súbito das economias do mato e do trigo. A Monchique dos anos 1960 é o lugar de confronto e transposição entre as duas principais paisagens modernistas imaginadas no final de oitocentos: um país de serras arborizadas e auto-suficiente em cereais.